



## COMBO DE APOSTILAS DE QUESTÕES

# PP-GE

### MATÉRIAS:

- PORTUGUÊS	} 1/5
- RACIOCÍNIO LÓGICO	} 2/5
- ÉTICA	
- HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS	
- DIREITO ADMINISTRATIVO	} 3/5
- DIREITO CONSTITUCIONAL	
- DIREITO PENAL	} 4/5
- DIREITO PROCESSUAL PENAL	
- DIREITOS HUMANOS	} 5/5
- LEGISLAÇÃO ESPECIAL	
- LEI DE EXECUÇÃO PENAL	

### METODOLOGIA CAVEIRAS NEGRAS CONCURSOS:

- QUESTÕES SEPARADAS POR TÓPICOS
- QUESTÕES COM COMENTÁRIOS
- QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS



**Esse material foi elaborado pela equipe do Caveiras Negras Concursos**

O Caveira Negras Concursos é uma empresa especializada em concursos de diversas áreas. Nosso objetivo é preparar os nossos alunos a fim de otimizar o caminho dele para a aprovação. Com isso, até a data da edição desse material, nós temos mais de mil alunos aprovados e, inclusive, realizados, após terem tomado posse no cargo público desejado. Nossa especificidade é trabalhar para cada público com o direcionamento específico, sem enrolação, materiais objetivos e atualizados. Com essa somatória de fatores, estamos aprovando inúmeros alunos e vamos continuar ajudando todos a realizarem seus sonhos.

Siga a nossa Escola nas redes sociais e conheça mais sobre a nossa metodologia de estudos.



Instagram: @CaveirasNegrasConcursos



Site: [www.CaveirasNegrasConcursos.com](http://www.CaveirasNegrasConcursos.com)



Contato: 62 9 82162927

Obs: Esse material foi elaborado de forma minuciosa, com muita dedicação e afinco. No entanto, em decorrência da transposição de arquivos para outros programas, algumas palavras podem incorrer em erros ortográficos. Assim, peço a compreensão de todos, caso isso ocorra e, além disso, solicito que nos informem para que possamos diligenciar e ajustar todos os pontos necessários, nas próximas impressões.

## SUMÁRIO

<b>MATÉRIA: Direito Penal.....</b>	<b>2</b>
ASSUNTO: Aplicação da lei penal .....	2
ASSUNTO: Interpretação da lei penal e analogia .....	19
ASSUNTO: Crimes contra a pessoa.....	59
ASSUNTO: Crimes contra o patrimônio.....	77
ASSUNTO: Dos crimes contra a administração pública.....	93
<b>MATÉRIA: Direito Processual Penal .....</b>	<b>112</b>
ASSUNTO: Aplicação da Lei Processual Penal .....	112
ASSUNTO: Inquérito Policial .....	129
ASSUNTO: Ação Penal .....	149
ASSUNTO: Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade.....	171

**MATÉRIA: Direito Penal**

**ASSUNTO: Aplicação da lei penal**

#### 4. QUESTÕES

##### 4.1 QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

**01 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** Frank Kruger foi acusado de ter praticado um crime no ano de 1981. Posteriormente, em 1983, o fato considerado como criminoso deixou de existir favorecendo Frank. Nos termos do Código Penal e da doutrina aplicável, está caracterizada a denominada:

- a) ultra-atividade do crime
- b) modificação do crime
- c) abolição do crime
- d) desconsideração do crime

**02 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** Quanto à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional o regime específico da ultratividade gravosa;
- b) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional a impossibilidade de revogação por lei posterior;
- c) quando o complemento da lei penal em branco não tem natureza penal, a norma não se submete às regras que disciplinam a sucessão de leis penais no tempo;
- d) quando o complemento da lei penal em branco objetiva assegurar efeito regulador, a norma não se submete ao critério da ultratividade;
- e) em relação à norma penal em branco, o “fator tempo” componente do tipo penal incriminador é tido como dispensável para garantir sua real eficácia.

**03 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** Mônica foi condenada a 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em 2020, quando se iniciou o cumprimento da pena em estabelecimento prisional. Em 2022, a legislação penal sofreu modificação, reduzindo a pena máxima do delito cometido por Mônica para 5 (cinco) anos de reclusão.

Nesse caso, competirá ao Juiz da execução

- a) cientificar o Ministério Público e a defesa da condenada acerca do advento da nova lei mais benéfica, a fim de que seja ajuizada ação de revisão criminal perante o juízo de origem.
- b) informar ao juízo de origem sobre o advento da nova lei mais benéfica, a fim de que proceda à alteração da sentença.
- c) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada.

e) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que o crime pelo qual foi condenada não seja hediondo com resultado morte, hipótese em que os autos devem ser remetidos ao juízo de origem.

**04 - (POLÍCIA PENAL, 2020)** Pégaso é condenado pela prática de crime previsto em lei a quinze anos de reclusão, tendo a decisão judicial transitada em julgado. Após dois anos de cumprimento da pena, surge lei nova que deixa de considerar como crime os fatos que levaram à condenação de Pégaso. Nesse caso, segundo os comandos normativos do Código Penal, a lei:

- a) não retroagirá pelo efeito permanente da decisão judicial
- b) retroagirá para beneficiar o réu
- c) retroagirá se houve concordância do Ministério Público
- d) não retroagirá por ser regra de exceção

**05 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** A entrada em vigor da nova Lei de Drogas, revogando a anterior, fez com que o crime de porte de drogas para consumo pessoal deixasse de prever a aplicação de pena privativa de liberdade, passando a adotar as seguintes como sanções: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Nesse sentido, no que tange à pena aplicável ao autor do citado delito, é correto afirmar que a nova lei de drogas constitui um exemplo de:

- a) novatio legis não incriminadora
- b) abolito criminis
- c) novatio legis in pejus
- d) novatio legis in melius
- e) lei intermediária

**06 - (POLÍCIA PENAL, 2021)** Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Penal.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, sendo de todo irrelevante onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, de modo que o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- c) Como regra, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no território nacional, desde que não previsto de forma diversa em convenções, tratados e regras de direito internacional.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- e) No que diz respeito ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.

**07 - (POLÍCIA PENAL, 2020)** Patuscada foi preso em flagrante, processado e sentenciado pelo cometimento de determinado crime. No curso da execução da pena, surgiu a lei X que deixou de considerar como crime a conduta que redundou na sua

condenação. Nesse caso, de acordo com as normas da parte geral do Código Penal, ocorreu a:

- a) superação dos fatos
- b) anistia pessoal
- c) tipificação posterior
- d) inovação para pior
- e) abolição do crime

**08 - (POLÍCIA PENAL, 2021)** Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- A) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
- B) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
- C) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
- D) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
- E) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

**09 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Se uma lei penal posterior deixa de considerar crime um fato que anteriormente era qualificado como tal, NÃO será efeito da abolitio criminis:

- a) extinção da punibilidade do agente.
- b) liberação do condenado preso.
- c) extinção dos efeitos penais da sentença condenatória.
- d) extinção imediata da execução da pena.
- e) extinção dos efeitos extrapenais da sentença condenatória.

**10 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Uma das formas de Novatio legis, que torna atípica penalmente uma conduta até então proibida pela lei penal-geral e que, como consequência, gera a cessação imediata da execução e dos efeitos penais da sentença condenatória é denominada de

- a) Abolitio criminis.
- b) Novatio legis in pejus.
- c) Novatio legis in mellitus.
- d) Novatio legis incriminadora.
- e) Abolitio incriminadora in pejus.

**11 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Em face do princípio da irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que

- a) a lei penal não retroagirá para beneficiar o agente no caso concreto.
- b) a lei penal retroagirá quando trazer algum benefício para o agente no caso concreto.
- c) a lei penal mais grave poderá retroagir de acordo com o entendimento do Juiz de Direito.

- d) a lei penal mais grave poderá retroagir por pedido fundamentado do membro do Ministério Público.
- e) a lei penal benéfica não retroagirá quando o agente for reincidente em crime doloso.

**12 - (POLÍCIA PENAL, 2019) De acordo com as disposições do Código Penal vigente, assinale a alternativa correta:**

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar de residência do autor da ação ou omissão, bem como onde mora a vítima em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- d) A omissão não é penalmente relevante, nem mesmo quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, o importante é identificar o autor dos fatos.

**13 - (POLÍCIA PENAL, 2019) Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação da lei penal no tempo.**

- a) A lei anterior, quando for mais favorável, terá ultra-atividade e prevalecerá mesmo ao tempo de vigência da lei nova, apesar de já estar revogada.
- b) Ninguém pode ser condenado por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas não cessam, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória proferida sob a égide da lei anterior.
- c) Aplica-se ao crime a lei vigente no momento em que se verificar o seu resultado.
- d) A lei nova incriminadora deve ser aplicada também aos fatos criminosos praticados antes de sua vigência, desde que não haja sentença absolutória transitada em julgado.
- e) Nos crimes permanentes, não se aplica a lei penal mais grave, em vigor antes de cessar a permanência, que seja posterior ao início de sua execução.

**14 - (POLÍCIA PENAL, 2009) Aplica-se a lei brasileira para os crimes cometidos em**

- A) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em portos estrangeiros.
- B) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em águas territoriais de outro país.
- C) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que se encontrarem no espaço aéreo de outro país.
- D) embarcações oficiais utilizadas pelo Estado em serviço público que se encontrarem em portos estrangeiros.
- E) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que estiverem pousadas em aeroportos estrangeiros.

**15 - (POLÍCIA PENAL, 2019) Sobre a retroatividade da Lei Penal, é correto afirmar que:**

- a) caso haja a descriminalização de determinada conduta, serão beneficiados aqueles que a cometeram, ainda que tal prática tenha ocorrido em data anterior à revogação da lei incriminadora.
- b) àquele que tenha cometido determinada conduta e esta tenha sido prevista como crime apenas em data posterior à prática do ato é possível a aplicação da penalidade, desde que a ação seja proposta dentro do prazo prescricional.

- c) a retroatividade da Lei Penal ocorre tanto em benefício quanto em desfavor do réu.
- d) o regramento constitucional relativo à retroatividade da Lei Penal segue o axioma jurídico in dubio pro societate.
- e) os benefícios da retroatividade da Lei Penal não podem ser aplicados em casos de crimes punidos com pena de reclusão.

**16 - (POLÍCIA PENAL, 2019) (POLÍCIA PENAL, 2019)** Nos termos do Código Penal e em relação à territorialidade, é correto afirmar que, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada

- a) é vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente e se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- b) não se aplica a lei brasileira ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que aquelas estejam em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e as embarcações estiverem em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) será aplicada a lei brasileira se as embarcações estiverem em porto brasileiro, mas é vedada a aplicação da lei brasileira se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- e) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional, sendo vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente.

**17 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** A Lei Penal dispõe: ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença.

Tal disposição está relacionada com

- a) aplicação da pena.
- b) lei penal do tempo.
- c) lei penal do espaço.
- d) irretroatividade da Lei.
- e) direito de defesa do acusado.

**18 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Tício praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso,

- a) aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.
- b) não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- c) aplica-se a lei nova, ainda que imponha sanção mais severa.
- d) aplica-se a lei nova, se for mais benéfica ao autor do delito.



e) não se aplica a lei nova em razão do princípio constitucional da anterioridade da lei penal.

**19 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Em matéria penal, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores,

- a) desde que o representante do Ministério Público não tenha apresentado a denúncia.
- b) desde que a autoridade policial ainda não tenha instaurado inquérito policial a respeito.
- c) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia apresentada pelo Ministério Público.
- e) desde que a sentença condenatória ainda não tenha transitado em julgado.

**20 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** A lei penal brasileira tem vigência espacial precipuamente regida pelo postulado denominado

- a) competência universal.
- b) subsidiariedade.
- c) nacionalidade.
- d) proteção.
- e) territorialidade.

**GABARITO**

01 C	06 C	11 B	16 C
02 D	07 E	12 A	17 B
03 D	08 B	13 A	18 D
04 B	09 E	14 D	19 C
05 D	10 A	15 A	20 E

**4. 2 QUESTÕES COM COMENTÁRIOS**

**01 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** Frank Kruger foi acusado de ter praticado um crime no ano de 1981. Posteriormente, em 1983, o fato considerado como criminoso deixou de existir favorecendo Frank. Nos termos do Código Penal e da doutrina aplicável, está caracterizada a denominada:

- a) ultra-atividade do crime

- b) modificação do crime
- c) abolição do crime
- d) desconsideração do crime

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA C**

**Abolitio criminis é a nova lei que exclui do âmbito do Direito Penal um fato até então considerado criminoso** ([...] o fato considerado como criminoso deixou de existir favorecendo Frank). Com efeito, são necessários dois requisitos para a caracterização da abolitio criminis: (a) revogação formal do tipo penal; e (b) supressão material do fato criminoso.

Irmãos, veja-se a seguir.

#### 6.6.1. ABOLITIO CRIMINIS

**Ocorre quando lei posterior deixa de considerar um fato como criminoso.** Trata-se de lei posterior que revoga o tipo penal incriminador, passando o fato a ser considerado atípico. Como o comportamento deixou de constituir infração penal, o Estado perde a pretensão de impor ao agente qualquer pena, razão pela qual se opera a **extinção da punibilidade**, nos termos do art. 107, III, do Código Penal." (Parte geral / Fernando Capez. Coleção Curso de direito penal. V. 1 – 24. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020).

Portanto, **gabarito C**

**02 - (POLÍCIA PENAL, 2022) Quanto à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que:**

- a) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional o regime específico da ultratividade gravosa;
- b) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional a impossibilidade de revogação por lei posterior;
- c) quando o complemento da lei penal em branco não tem natureza penal, a norma não se submete às regras que disciplinam a sucessão de leis penais no tempo;
- d) quando o complemento da lei penal em branco objetiva assegurar efeito regulador, a norma não se submete ao critério da ultratividade;
- e) em relação à norma penal em branco, o “fator tempo” componente do tipo penal incriminador é tido como dispensável para garantir sua real eficácia.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D**

Segundo Luiz Regis Prado, quando a lei penal em branco objetiva assegurar o efeito regulador do elemento integrador temporal contido em outro dispositivo legal - efeito de regulação das normas de referência (o injusto no momento do fato), **mas não em relação às próprias normas -, aplica-se o critério da ultratividade** (por exemplo, transgressão de tabelas oficiais - art. 2º, inciso VI, da Lei 1.521/1951).

Portanto, **gabarito D.**

**03 - (POLÍCIA PENAL, 2022) Mônica foi condenada a 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em 2020, quando se iniciou o cumprimento da pena em estabelecimento prisional. Em 2022, a legislação penal sofreu modificação, reduzindo a pena máxima do delito cometido por Mônica para 5 (cinco) anos de reclusão.**

Nesse caso, competirá ao Juiz da execução

- a) cientificar o Ministério Público e a defesa da condenada acerca do advento da nova lei mais benéfica, a fim de que seja ajuizada ação de revisão criminal perante o juízo de origem.
- b) informar ao juízo de origem sobre o advento da nova lei mais benéfica, a fim de que proceda à alteração da sentença.
- c) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada.
- e) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que o crime pelo qual foi condenada não seja hediondo com resultado morte, hipótese em que os autos devem ser remetidos ao juízo de origem.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D**

Compete ao **Juiz da execução** aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado (LEP, art. 66, inciso I).

*Súmula 611, STF: Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.*

**Portanto, guerreiros, gabarito letra D.**

**04 - (POLÍCIA PENAL, 2020)** Pégaso é condenado pela prática de crime previsto em lei a quinze anos de reclusão, tendo a decisão judicial transitada em julgado. Após dois anos de cumprimento da pena, surge lei nova que deixa de considerar como crime os fatos que levaram à condenação de Pégaso. Nesse caso, segundo os comandos normativos do Código Penal, a lei:

- a) não retroagirá pelo efeito permanente da decisão judicial
- b) retroagirá para beneficiar o réu
- c) retroagirá se houve concordância do Ministério Público
- d) não retroagirá por ser regra de exceção

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA B**

De acordo com o Código Penal (Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940)  
Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.  
Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**Portanto, irmãos, vimos que é a literalidade do código penal.**

**05 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** A entrada em vigor da nova Lei de Drogas, revogando a anterior, fez com que o crime de porte de drogas para consumo pessoal deixasse de prever a aplicação de pena privativa de liberdade, passando a adotar as seguintes como sanções: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Nesse sentido, no que tange à pena aplicável ao autor do citado delito, é correto afirmar que a nova lei de drogas constitui um exemplo de:

- a) novatio legis não incriminadora
- b) abolito criminis
- c) novatio legis in pejus
- d) novatio legis in mellius
- e) lei intermediária

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D**

Percebam que a nova Lei deixou de prever a aplicação de pena privativa de liberdade, para aplicar penas "menos severas" ao delito, beneficiando o réu. Portanto, a resposta correta é a **Letra D: novatio legis in mellius**.

**Resumindo:** na questão em análise, a nova Lei não torna a conduta atípica, não descriminaliza a conduta e nem prejudica o agente, pelo contrário, ao deixar de prever a pena privativa de liberdade, a nova lei está **BENEFICIANDO** o agente, daí a correção da **Letra D): novatio legis in mellius**.

**06 - (POLÍCIA PENAL, 2021) Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Penal.**

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, sendo de todo irrelevante onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, de modo que o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- c) Como regra, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no território nacional, desde que não previsto de forma diversa em convenções, tratados e regras de direito internacional.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- e) No que diz respeito ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA C**

Aplica-se a lei brasileira, **sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional**, ao crime cometido no território nacional (CP, art. 5º, caput).

Portanto, galera, como já estudando anteriormente, ficamos com a **letra C**.

**07 - (POLÍCIA PENAL, 2020) Patuscada foi preso em flagrante, processado e sentenciado pelo cometimento de determinado crime. No curso da execução da pena, surgiu a lei X que deixou de considerar como crime a conduta que redundou na sua condenação. Nesse caso, de acordo com as normas da parte geral do Código Penal, ocorreu a:**

- a) superação dos fatos
- b) anistia pessoal
- c) tipificação posterior
- d) inovação para pior
- e) abolição do crime

### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA E**

deu-se a abolitio criminis ou abolição do crime, com a revogação da lei que considerava a conduta criminosa, trazendo como consequências o quanto previsto no art. 2º do CP:

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

**Portanto, gabarito correto letra E.**

**08 - (POLÍCIA PENAL, 2021)** Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- A) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
- B) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
- C) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
- D) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
- E) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA B**

**Vejam:** apesar da regra adotada prestigiar o princípio da territorialidade, cabe destacar que o próprio art. 5º, caput, do CP, o relativiza. É o que restou denominado de princípio da territorialidade temperada ou mitigada, confira:

**CP, Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.**

**09 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Se uma lei penal posterior deixa de considerar crime um fato que anteriormente era qualificado como tal, NÃO será efeito da abolitio criminis:

- a) extinção da punibilidade do agente.
- b) liberação do condenado preso.
- c) extinção dos efeitos penais da sentença condenatória.
- d) extinção imediata da execução da pena.
- e) extinção dos efeitos extrapenais da sentença condenatória.

### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA E**

Quais são os efeitos das abolitio criminis?

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Assim, **os efeitos penais são cessados (encerrados).**

Assim, a *abolitio criminis* poderá gerar os seguintes efeitos:

1 – se a denúncia ainda não foi recebida, o **processo não pode ser iniciado;**

2 – se o processo está em andamento ou o réu está cumprindo a pena, deve ser decretada a **extinção da punibilidade**;

3 – havendo sentença condenatória transitada em julgado, a pretensão executória não pode ser iniciada, e o nome do réu será riscado do rol dos culpados, permanecendo, em qualquer desses casos, os efeitos civis da condenação.

Portanto, os efeitos civis (**extrapenais**) persistem (continuam existindo).

**10 - (POLÍCIA PENAL, 2021)** Uma das formas de Novatio legis, que torna atípica penalmente uma conduta até então proibida pela lei penal-geral e que, como consequência, gera a cessação imediata da execução e dos efeitos penais da sentença condenatória é denominada de

- a) Abolitio criminis.
- b) Novatio legis in pejus.
- c) Novatio legis in mellitus.
- d) Novatio legis incriminadora.
- e) Abolitio incriminadora in pejus.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras**, o gabarito correto da questão é **LETRA A**

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Desta forma, ninguém pode ser PUNIDO por fato que lei posterior deixa de considerar crime, logo, deixando de existir o crime (descriminalizando), impõe-se a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, ou seja, impõe o FIM DA PUNIÇÃO.

Portanto, quando uma **lei nova torna atípica** penalmente uma conduta até então proibida pela lei penal-geral e que, como consequência, gera a cessação imediata da execução e dos efeitos penais da sentença condenatória é denominada de **Abolitio criminis**.

**11 - (POLÍCIA PENAL, 2022)** Em face do princípio da irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que

- a) a lei penal não retroagirá para beneficiar o agente no caso concreto.
- b) a lei penal retroagirá quando trazer algum benefício para o agente no caso concreto.
- c) a lei penal mais grave poderá retroagir de acordo com o entendimento do Juiz de Direito.
- d) a lei penal mais grave poderá retroagir por pedido fundamentado do membro do Ministério Público.
- e) a lei penal benéfica não retroagirá quando o agente for reincidente em crime doloso.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras**, o gabarito correto da questão é **LETRA B**

O segundo princípio constitucional (**irretroatividade**), descrito no art. 5º, XL da CF, dispõe que a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar o réu**, impondo-se, assim, a irretroatividade da lei penal, salvo quando a lei nova seja benéfica ao acusado.

Portanto, a lei penal retroagirá quando trazer algum benefício para o agente no caso concreto.

**12 - (POLÍCIA PENAL, 2020)** De acordo com as disposições do Código Penal vigente, assinale a alternativa correta:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar de residência do autor da ação ou omissão, bem como onde mora a vítima em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- d) A omissão não é penalmente relevante, nem mesmo quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, o importante é identificar o autor dos fatos.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA A**

É assim que o Código Penal apresenta:

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

**Então, pessoal, a alternativa CORRETA é a letra A.**

**13 - (POLÍCIA PENAL, 2021)** Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação da lei penal no tempo.

- a) A lei anterior, quando for mais favorável, terá ultra-atividade e prevalecerá mesmo ao tempo de vigência da lei nova, apesar de já estar revogada.
- b) Ninguém pode ser condenado por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas não cessam, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória proferida sob a égide da lei anterior.
- c) Aplica-se ao crime a lei vigente no momento em que se verificar o seu resultado.
- d) A lei nova incriminadora deve ser aplicada também aos fatos criminosos praticados antes de sua vigência, desde que não haja sentença absolutória transitada em julgado.
- e) Nos crimes permanentes, não se aplica a lei penal mais grave, em vigor antes de cessar a permanência, que seja posterior ao início de sua execução.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA A**

Pessoal, de fato, a lei revogada, se mais benéfica, será ultrativa, ou seja, aplicar-se-á ao fato praticado ao tempo de sua vigência, já que a lei nova menos benéfica (novatio legis in pejus) não retroage.

Veja o que diz o artigo 2º do CP:

#### **Lei penal no tempo**

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando** em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

*Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, **ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.***

**14 - (POLÍCIA PENAL, 2009)** Aplica-se a lei brasileira para os crimes cometidos em

- A) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em portos estrangeiros.
- B) embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em águas territoriais de outro país.
- C) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que se encontrarem no espaço aéreo de outro país.
- D) embarcações oficiais utilizadas pelo Estado em serviço público que se encontrarem em portos estrangeiros.
- E) aeronaves brasileiras, de propriedade privada, que estiverem pousadas em aeroportos estrangeiros.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D**

Guerreiro, veja o diz o Código Penal:

*Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.*

*§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.*

#### **LETRA D - APLICA-SE A LEI BRASILEIRA**

*§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.*

**15 - (POLÍCIA PENAL, 2019) Sobre a retroatividade da Lei Penal, é correto afirmar que:**

- a) caso haja a descriminalização de determinada conduta, serão beneficiados aqueles que a cometeram, ainda que tal prática tenha ocorrido em data anterior à revogação da lei incriminadora.
- b) àquele que tenha cometido determinada conduta e esta tenha sido prevista como crime apenas em data posterior à prática do ato é possível a aplicação da penalidade, desde que a ação seja proposta dentro do prazo prescricional.
- c) a retroatividade da Lei Penal ocorre tanto em benefício quanto em desfavor do réu.
- d) o regramento constitucional relativo à retroatividade da Lei Penal segue o axioma jurídico in dubio pro societate.
- e) os benefícios da retroatividade da Lei Penal não podem ser aplicados em casos de crimes punidos com pena de reclusão.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA A**

Quais são os efeitos das abolição criminis?

O Código Penal diz assim:



Art. 2º - *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Desta forma, ninguém pode ser **PUNIDO** por fato que lei posterior deixa de considerar crime, logo, deixando de existir o crime (descriminalizando), impõe-se a **EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**, ou seja, impõe o **FIM DA PUNIÇÃO**.

Portanto, guerreiros, caso haja a descriminalização de determinada conduta, serão beneficiados aqueles que a cometeram, ainda que tal prática tenha ocorrido em data anterior à revogação da lei incriminadora.

16 - (POLÍCIA PENAL, 2019) (POLÍCIA PENAL, 2019) Nos termos do Código Penal e em relação à territorialidade, é correto afirmar que, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada

- a) é vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente e se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- b) não se aplica a lei brasileira ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que aquelas estejam em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e as embarcações estiverem em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) será aplicada a lei brasileira se as embarcações estiverem em porto brasileiro, mas é vedada a aplicação da lei brasileira se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- e) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional, sendo vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRC**

A opção C está correta segundo o Artigo 5º, parágrafo segundo e terceiro, do Código Penal.

**DICA DO PROFESSOR:** A questão fala do princípio da **territorialidade penal**. Uma forma fácil de decorar é lembrar que sempre que a **aeronave ou embarcação privada estiver em território brasileiro, se aplica a lei brasileira**. Vale o mesmo para as embarcações ou aeronaves públicas brasileiras. **As exceções são:** quando a embarcação ou aeronave brasileira for privada e estiver dentro de território nacional de outro país ou quando a embarcação e aeronave estrangeira for pública. Nestes casos, não se aplica a lei brasileira.

**GABARITO DO PROFESSOR: LETRA C.**

17 - (POLÍCIA PENAL, 2019) A Lei Penal dispõe: ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença.

Tal disposição está relacionada com

- a) aplicação da pena.
- b) lei penal do tempo.
- c) lei penal do espaço.
- d) irretroatividade da Lei.
- e) direito de defesa do acusado.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA B**

Quais são os efeitos das *abolitio criminis*?

O Código Penal diz assim:

**Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.**

Desta forma, ninguém pode ser PUNIDO por fato que lei posterior deixa de considerar crime, logo, deixando de existir o crime (descriminalizando), impõe-se a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, ou seja, impõe o FIM DA PUNIÇÃO.

Portanto, considerando as alternativas apontadas, o enunciado apresenta disposição que **trata da lei penal no tempo**.

**18 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Tício praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso,

- a) aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.
- b) não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- c) aplica-se a lei nova, ainda que imponha sanção mais severa.
- d) aplica-se a lei nova, se for mais benéfica ao autor do delito.
- e) não se aplica a lei nova em razão do princípio constitucional da anterioridade da lei penal.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D**

O princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica **aplica-se até mesmo quando haja trânsito em julgado de sentença condenatória**.

É o que diz o Código Penal:

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, **aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado**.

**Portanto, irmãos, conforme o que estudamos, o gabarito correto é letra D.**

**19 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** Em matéria penal, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores,

- a) desde que o representante do Ministério Público não tenha apresentado a denúncia.
- b) desde que a autoridade policial ainda não tenha instaurado inquérito policial a respeito.
- c) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia apresentada pelo Ministério Público.
- e) desde que a sentença condenatória ainda não tenha transitado em julgado.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA C**

Em matéria penal, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, **esta é a previsão contida no art. 2º, § único do CP, como vimos. Frise-se que o STJ possui verbete de súmula (nº 611) determinando que, nos casos de processo já em fase de execução, compete ao Juiz da execução aplicar a lei nova mais benéfica, não ao Juiz que proferiu a sentença.**

**Portanto, guerreiros, gabarito correto letra C.**

**20 - (POLÍCIA PENAL, 2019)** A lei penal brasileira tem vigência espacial precipuamente regida pelo postulado denominado

- a) competência universal.
- b) subsidiariedade.
- c) nacionalidade.
- d) proteção.
- e) territorialidade.

#### COMENTÁRIO

**Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA E**

O Princípio da Territorialidade é um princípio de Direito que permite estabelecer ou delimitar a área geográfica em que um Estado exercerá a sua soberania. Essa área geográfica é o território, que constitui a base geográfica do poder.

O território compreende a terra firme, as águas aí compreendidas (exemplos: rios e lagos), o mar territorial, o subsolo, a plataforma continental, bem como o espaço aéreo correspondente ao domínio terrestre e ao mar territorial.

Guerreiros, resumindo: é em virtude do Princípio da Territorialidade que se delimita geograficamente o âmbito de validade jurídica e aplicação de normas e leis de um Estado. Dessa forma, como regra geral, os efeitos jurídicos de determinada norma ou conjunto de regras de um Estado são válidos e aplicáveis tão somente dentro dos limites territoriais em que esse Estado exerce a sua soberania.

**Portanto, gabarito letra E.**

### GABARITO

01 C	06 C	11 B	16 C
02 D	07 E	12 A	17 B
03 D	08 B	13 A	18 D
04 B	09 E	14 D	19 C
05 D	10 A	15 A	20 E

## 5. CONCLUSÃO

Chegamos ao fim dessa aula! Foi um prazer estar com você até aqui. **#Caveira**